

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Centro de Capacitação e Pesquisa em Projetos Sociais - CECAPS

Rafaela Pinheiro Melo Goulart

**PROTESTOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA: O
movimento social Levante Popular da Juventude**

Belo Horizonte
2017

Rafaela Pinheiro Melo Goulart

**PROTESTOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONALIZADA: O
movimento social Levante Popular da Juventude**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização
em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos
Sociais em Áreas Urbanas apresentado ao CECAPS.

Orientadora: Clarice de Assis Libânio

Belo Horizonte
2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 DEMOCRACIA DELIBERATIVA E ESCALAS DE PARTICIPAÇÃO	6
1.1 Escalas de Participação	12
2 O MOVIMENTO SOCIAL LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE	16
3 PROTESTOS NAS RUAS <i>VERSUS</i> PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	40

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação política institucionalizada do movimento social Levante Popular da Juventude (LPJ) no município de Belo Horizonte e suas possíveis contribuições e impactos no cenário das políticas públicas. Segundo a perspectiva de análise de Araújo e Martes (2016), entende-se por participação institucionalizada aquela que “consiste em incorporar a “sociedade civil” na gestão pública, especialmente movimentos sociais, ONGs e usuários, com o objetivo de orientar prioridades de gestão e aumentar a qualidade do atendimento e dos serviços”. (ARAÚJO E MARTES, 2016)

A pesquisa pretende, de maneira específica, explorar os limites desta participação, levantar as semelhanças e divergências da atuação política institucionalizada e dos protestos autônomos de rua desempenhados pelo movimento social e, por fim, analisar a escala de participação institucionalizada (Souza, 2010) desenvolvida pelo LPJ. O Levante Popular da Juventude é um movimento atuante em nível nacional organizado por jovens militantes, com o intuito de articular os setores da esquerda para transformar a sociedade e combater as desigualdades e injustiças sociais.

Cabe ressaltar os dois questionamentos centrais do trabalho, que são: o movimento social Levante Popular da Juventude tem atuado de forma institucionalizada? Em caso positivo, as práticas políticas institucionais realizadas pelo movimento têm conseguido influenciar, de algum modo, no contexto das políticas públicas em Belo Horizonte?

A hipótese central do trabalho fundamenta-se na reflexão de que o modo de agir do movimento social em análise está fortemente pautado na participação dos protestos de rua, em detrimento da atuação institucionalizada, uma vez que haveria um descrédito de seus membros quanto aos meios institucionais para busca de resultados políticos eficazes. De acordo com Nascimento (2012), algumas pesquisas (ABRAMOVAY, ANDRADE E ESTEVES, 2007; ABARMO E BRANCO, 2008) e relatórios (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS, 2006), revelam a grande desconfiança dos jovens em relação às instituições políticas e aos políticos, devido à visível corrupção e a falta de responsabilidade e comprometimento social por parte dos políticos para com as necessidades básicas da população brasileira.

A pesquisa empreendida para a redação deste trabalho baseou-se na afirmação de que a participação institucionalizada segue uma lógica de ação coletiva distinta da lógica de atuação dos movimentos sociais e dos ciclos de protesto (Oliveira, 2016). Assim, buscou comparar o processo de práticas políticas autônomas e institucionalizadas do movimento social e a sua relação com a elaboração de políticas públicas. Nessa perspectiva, destacam-se ainda as diferenças entre os conceitos de Movimentos Sociais e o de participação social institucionalizada, como dois tipos distintos de ação coletiva, análise que será melhor aprofundada no decorrer no trabalho.

Desde meados da década de 90, o termo protagonismo juvenil se faz presente nas discussões teóricas de organizações não governamentais, internacionais, em congressos de educação e em grupos de jovens, de modo a conceituar a participação dos jovens em vários setores (social, político, cultural) da sociedade.

Vale destacar aqui o significado da palavra protagonista, que tem origem no termo francês *protagoniste*, aquele que combate na primeira fila, o personagem principal nos espaços públicos. Dessa maneira, entende-se que o jovem protagonista ocupa uma posição de destaque no cenário público/político, realizando uma atuação social, através da sua participação política em projetos e atividades que têm como objetivo a melhoria de vida deles e da coletividade, caracterizando-os assim como sujeitos sociais.

O protagonismo juvenil é entendido como um processo social caracterizado pela interação jovem-sociedade, onde os atores sociais possuem valores e práticas democráticas (autonomia, igualdade, justiça e responsabilidade social), e têm como objetivo a transformação da realidade social, através da ação coletiva dentro dos espaços públicos de participação.

Considerando tais características, o processo de protagonismo juvenil tem maior espaço em democracias que possuem o modelo deliberativo, ou seja, para que exista o fenômeno do protagonismo político dos jovens em uma sociedade é necessária a existência de regras e procedimentos que legitimem e possibilitem essa participação.

No caso brasileiro observa-se uma participação organizada da juventude, principalmente em movimentos sociais, devido aos mecanismos participativos e deliberativos que aproximam a relação entre Estado-Sociedade Civil nos processos de decisões políticas.

Segundo Libânio (2015), tem acontecido, paralelamente, um processo de institucionalização da participação, muitas vezes permeado por decisões tecnocráticas e por mecanismos burocráticos e administrativos. Em decorrência de tal processo,

São registradas práticas pseudoparticipativas (Souza, 2010), entre elas a institucionalização da participação em instâncias formais, sem representatividade real, o dirigismo das decisões baseado no monopólio da informação e da técnica como ferramentas para excluir confundir, dominar, etc. (Libânio, 2015, pg 2).

O interesse em pesquisar o movimento social Levante Popular da Juventude está pautado no objetivo em permanecer com o grupo de análise estudado na dissertação da graduação em Ciências Sociais. Além disso, norteia-se pelas características presentes no movimento e pela inquietação em compreender as diversas formas de atuação política da juventude atualmente, visto que o LPJ possui uma grande representatividade de participação política em todo o território brasileiro.

No que se refere à metodologia do trabalho, foi iniciado com a busca de dados e informações em fontes secundárias, através do levantamento e análise de documentos e informações oriundas das casas legislativas e dos espaços institucionalizados da política, tais como: Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Prefeitura, conselhos setoriais e fóruns, de modo a compreender a contribuição e participação do LPJ no contexto de elaboração de políticas públicas.

Em seguida buscou-se complementar as informações através do levantamento dos dados primários, de forma a identificar as principais parcerias estabelecidas, as redes de relacionamentos e os projetos de financiamento elaborados pelo movimento social, com o foco na identificação da atuação do LPJ nas instâncias formalizadas de participação.

Entendeu-se que, nesta perspectiva, o método qualitativo, por meio das suas técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas, configurava-se como o mais adequado a coleta de dados primários e ao objetivo de estudo apresentado, permitindo analisar em profundidade as práticas políticas dos jovens, de maneira especial, a forma de engajamento institucional do movimento social LPJ.

A técnica utilizada para a realização desta segunda parte da pesquisa foi a entrevista em profundidade, que, segundo Flick (2009) possibilita uma maior

compreensão da experiência e da trajetória dos atores sociais estudados, contribuindo para o alcance do objetivo inicial do trabalho, por meio de um roteiro que contém indicadores qualitativos da investigação. As entrevistas estruturadas permitiram o estudo mais detalhado das experiências políticas dos jovens, de modo a evidenciar as formas de atuação institucionalizada e a percepção de eficácia no cenário das políticas públicas, bem como uma análise comparativa do modo institucional de participação e dos protestos nas ruas, baseada nos discursos dos entrevistados.

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas por meio do roteiro estruturado de perguntas, que se encontra no *Anexo I* do presente estudo, nos dias 09 e 10 de outubro, por telefone. Os entrevistados foram dois membros atuantes da célula do LPJ localizada na Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e que há mais de três anos participam do movimento em Belo Horizonte.

Na pesquisa qualitativa, a escolha dos entrevistados deve ser guiada buscando-se a tipicidade ou representatividade dos informantes. Diante disso, a escolha pelos militantes que foram entrevistados pautou-se na experiência anterior com grupo, que contribuiu para identificar determinados membros relevantes e pessoas chaves, com os quais já houve contato em um momento de pesquisa anterior.

Os temas a serem abordados foram organizados em um roteiro de perguntas abertas, previamente estruturado, mas como possibilidade de adequações no momento da aplicação. As perguntas tiveram o intuito de aprofundar a análise relativa às formas de atuação política institucionalizada e a percepção dos entrevistados quanto a sua eficácia no que diz respeito aos resultados no contexto das políticas públicas.

O texto que ora se apresenta está organizado em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais, de modo a estruturar as contribuições teóricas e empíricas em um escopo claro e compreensível, apresentando temáticas relevantes a respeito do objeto de estudo.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a democracia deliberativa e argumentativa proposta por Habermas, modelo democrático que converge com os ideais e desejos do movimento social em análise, bem como reflexões democráticas elaboradas por Avritzer (2010) e Santos (2002). Será abordado, também, o nível de engajamento do movimento social dentro da esfera estatal, na perspectiva de escala de participação de Souza (2010), evidenciando as tendências e as ferramentas utilizadas pelo LPJ.

No segundo capítulo, será discutido o conceito de movimentos sociais como entes de participação, de acordo com a discussão elaborada por Araújo e Martes (2016), bem como uma caracterização referente ao movimento social Levante Popular da Juventude, seu histórico, suas causas e lutas, organização interna e formas de participação. Por fim, o engajamento político do LPJ será descrito, buscando evidenciar suas formas autônomas e institucionais.

No terceiro capítulo será abordada uma análise comparativa das duas formas de atuação do movimento LPJ, isto é, a participação em instâncias institucionalizadas e os protestos nas ruas, de forma autônoma. Trata-se de uma análise de resultados, evidenciando a percepção do grupo com relação à efetividade relativa ao contexto de políticas públicas para cada forma de atuação política.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais do estudo, mediante os resultados encontrados na pesquisa secundária e primária junto aos líderes entrevistados.

1 DEMOCRACIA DELIBERATIVA E ESCALAS DE PARTICIPAÇÃO

Para melhor compreensão da discussão teórica que diz respeito aos elementos característicos da democracia participativa e deliberativa torna-se necessário abordar alguns aspectos intrínsecos ao modelo democrático representativo, que, sobretudo nas últimas décadas, tem dialogado e convivido com práticas participativas, no que tange o contexto político do município de Belo Horizonte.

Santos (2002) elucida a teoria de Bobbio (1979) para conceituar a democracia, que é definida como método e procedimento para a tomada de decisões e formação de governos. Assim, pode-se afirmar que “A democracia é um conjunto de regras para a formação de maiorias – entre elas o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na constituição do eleitorado” (Bobbio, 1979, *in* Santos, 2002, pg. 45).

A democracia representativa baseia-se no princípio de delegação do poder e decisão política dos cidadãos para um representante, eleito através do voto mediante legislação e procedimentos eleitorais. (Santos, 2002) O modelo representativo caracteriza-se pelo forte procedimentalismo burocrático, que se justifica pelo fato da incidência de formas de administração e gestão complexas do estado moderno. Para alguns autores (Santos, 2002; Libânio, 2015), o modelo hegemônico de democracia liberal representativa garante apenas uma participação popular de baixa intensidade. Entretanto, nos últimos anos tem-se observado o surgimento de um modelo participativo que confronta a dominação das elites, o patriarcado e a desigualdade social e econômica.

No período histórico referente ao fim da Guerra Fria e ao processo de aprofundamento e ampliação da globalização, notam-se fragilidades no modelo hegemônico de democracia, paralelamente ao aparecimento do debate institucional e teórico sobre a democracia representativa e sua vertente participativa.

Portanto, observa-se, nesse período, segundo Santos (2002), a inauguração de formas variadas de combinação entre aspectos da democracia participativa e da representativa, no caso brasileiro através das administrações municipais do Partido dos Trabalhadores, que buscaram combinar o mandato representativo com ações efetivas de deliberação em nível local. De acordo com Santos (2002), analisando o caso do

Orçamento Participativo, alguns elementos evidenciam práticas participativas no contexto político representativo, destacando-se:

Três elementos principais: Participação aberta a todos os cidadãos, sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização; Combinação de democracia direta e representativa, com definição das regras pelos participantes; Alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos. (Santos e Avritzer, *in* Santos, 2002, pg. 66)

O autor relata, também, que paralelamente ao modelo democrático hegemônico (liberal e representativo), nota-se a existência de modelos participativos que revelam uma nova dinâmica relativa aos mecanismos de inclusão social, protagonizado, principalmente, pelos movimentos sociais marginalizados. Assim, nota-se a perspectiva de se avançar rumo à emancipação social pela complementariedade entre as duas formas de democracia, de modo a promover o aprofundamento de ambas.

De acordo com Libânio (2015), o surgimento do modelo participativo se dá a partir da década de 1970, com a conjugação de aspectos da democracia representativa e da democracia direta. Através da ação e demanda dos movimentos sociais, verifica-se o redesenho dos procedimentos na esfera pública, com a apresentação de novas demandas e a participação de novos atores, que muitas vezes, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade e excluída social e economicamente na sociedade.

Libânio (2015) reflete ainda sobre as novas formas de luta e atuação dos movimentos sociais na sociedade contemporânea, especificamente no contexto das comunidades e favelas do município de Belo Horizonte. Em sua reflexão aponta que a insurgência e apropriação social dos mecanismos de participação e engajamento político se estendem a diversas realidades. De acordo com a autora,

Dentro ou fora das favelas, tem-se buscado novas formas e caminhos de mobilização, organização e luta. Rumo à ampliação da participação, a autonomização frente ao Estado e ao aumento da capacidade de influir nas decisões de interesse público, os movimentos sociais lutam contra o jogo da pseudoparticipação¹ (...) (Libânio, 2015, pg. 11)

¹ Na pseudoparticipação, segundo conceito de Souza (2010), o cidadão tem a sensação de fazer parte da decisão, com graus variados de informação, consulta e cooptação, sem, entretanto, ter chances reais de influência.

Nesta perspectiva, autores como Faria, Rocha, Filgueiras e Souki (2016), afirmam que nos últimos anos nota-se uma tendência de participação de novos atores na análise de políticas públicas. A criação de novos canais de participação, tais como conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo e audiências, favoreceu a incorporação de novas perspectivas de pensamento e demandas na esfera pública, diversificando o escopo de análise das políticas desenvolvidas pelo governo. Diante disso, o estudo no campo das ações públicas passou a ser realizado também por um perfil amplo de organizações fora do Estado, como organizações não governamentais e movimentos sociais organizados. Ativistas e membros destas organizações começaram a buscar competência técnica e argumentativa para poder influenciar políticas.

A tendência de novas de práticas participativas surgiu, entre outros motivos, devido à distância dos representados com os representantes e a ineficiência da inclusão e da participação na tomada de decisões propostas pelo modelo democrático representativo, conforme discussão já apresentada. De acordo com a afirmação de Santos (2002),

Em termos recentes, um desses modelos, a democracia participativa, tem assumido nova dinâmica, protagonizada por comunidades e grupos sociais subalternos e luta contra a exclusão social e a trivialização da cidadania, mobilizados pela aspiração de contratos sociais mais inclusivos e de democracia de mais alta intensidade. (Santos, 2002, pg. 32)

Santos (2002) afirma que o surgimento do fenômeno participativo protagonizado pelos movimentos sociais e grupos da sociedade civil, perspectiva de análise que dialoga com os autores Faria, Rocha, Filgueiras e Souki (2016), não se restringe apenas ao território brasileiro. Ao contrário, são práticas participativas percebidas de maneira global, em várias partes do mundo, que estabelecem redes de interação e identificação, principalmente nas esferas locais. Esse processo contribui significativamente para o fortalecimento e legitimação do processo participativo, bem como para a formação das redes transnacionais de democracia participativa.

De acordo com Avritzer, citado por Santos (2002), o orçamento participativo apresenta-se como uma forma bem-sucedida de combinação entre o modelo democrático participativo e o representativo. A partir da perspectiva que enfatiza a

necessidade do modelo democrático se articular com uma nova gramática social, pautada em uma inovadora forma de relação do Estado com a sociedade civil. No caso do orçamento participativo,

Essa gramática tem dois elementos: distribuição justa de bens públicos e negociação democrática do acesso a esses bens entre os próprios atores sociais. (Santos, 2002, pg. 66)

De acordo com os autores (Santos, 2002 e Faria, Rocha, Filgueiras e Souki 2016) a inserção dos atores excluídos nas decisões políticas, aumenta, assim, as práticas de cidadania nos processos políticos e democráticos, transformando as tradicionais práticas dominantes.

O objetivo é associar ao processo de fortalecimento da democracia local formas de renovação cultural ligadas a uma nova institucionalidade política que recoloca na pauta democrática as questões de pluralidade cultural e da necessidade de inclusão social. (Santos, 2002, pg. 76)

Vale apontar que no contexto da democracia representativa não se observam espaços formais ou oportunidades de participação efetiva dos cidadãos nas políticas públicas. Isto se deve a racionalidade instrumental e os processos políticos representativos, segundo Souza (2010), focam (e se esgotam) na otimização dos meios, sancionando as desigualdades sociais, econômicas e culturais generalizam os fins, como se fossem consensuais. Vale ressaltar que, o corpo estatal não é neutro, serve ao interesse das classes e elites dominantes.

Em tal perspectiva, os autores realçam a inexistência de mecanismos de transparência e *accountability* aos trâmites no âmbito executivo e ao legislativo na democracia representativa (que também é o caso brasileiro). Diante disso, a partir da década de 1990 “ a democracia representativa é convocada a integrar no debate político-eleitoral propostas de reconhecimento cultural e de inclusão social ” (Santos, 2002, pg.76). A constituição de 1988 cumpre esse papel de incorporar e potencializar novos arranjos políticos de participação, conforme Santos (2002), para quem “a Constituição foi capaz de incorporar novos elementos culturais, surgidos na sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para prática participativa” (Santos, 2002, Pg.65).

Diante deste cenário apresentado, Santos (2002) propôs três hipóteses para o crescente fortalecimento da democracia participativa, nos últimos anos, que são: o fortalecimento da demodiversidade, da articulação contra hegemônica entre o local e global e, por fim, da ampliação do experimentalismo democrático.

A primeira tese aponta para o reconhecimento da existência de múltiplas formas de democracia, tendo em vista o multiculturalismo e o surgimento das experiências de participação, que sinalizam para uma deliberação pública ampliada. A segunda tese enfatiza as novas práticas participativas, que necessitam de apoio dos atores democráticos transnacionais, ou seja, é fundamental que as experiências bem-sucedidas passem para o nível global e não permanecem apenas no nível local. Por fim, a última tese diz respeito à necessidade de ampliar cada vez mais experimentos democráticos e participativos para adequação às pluralidades sociais e culturais na sociedade atual.

No que se refere a contribuição teoria de Habermas sobre a temática, vale destacar a conceituação do termo esfera pública e a análise da democracia deliberativa. Para o autor, “a esfera pública é um espaço no qual indivíduos – mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais – podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada.” (SANTOS e AVRITZER, *in* SANTOS, 2002, pg.52)

A partir dos anos 60, as teorias democráticas participativas desenvolveram-se com o intuito de resgatar a noção republicana da democracia, o conceito de soberania popular e o caráter participativo da política, através da atuação dos cidadãos nas decisões públicas, ou seja, um modelo contrário e crítico as teorias “realistas” da democracia, como por exemplo, o elitismo democrático. A Teoria das Elites tem como referência teórica os pensamentos dos cientistas políticos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, do final século XIX e início do século XX. De acordo com os teóricos apenas uma pequena elite política organizada é capaz de gerir uma sociedade, devido suas capacidades, inteligência e capital econômico. (Schmökkel, Miranda, Colvero, 2014). Portanto, o modelo de democracia elitista pautado na noção de uma democracia individualista e competitiva limita a participação política da sociedade civil a escolha do líder político através do voto.

A democracia deliberativa apresenta-se como um modelo que incorpora a participação dos cidadãos na esfera pública, de modo que o processo deliberativo elaborado pela articulação da sociedade civil garanta a legitimidade das decisões

políticas e governamentais. A teoria democrática deliberativa desenvolvida por Habermas (1997) e discutida por Luchmann (2002), utiliza da teoria democrática republicana de Rousseau e da teoria participativa para construir o conceito de deliberação política (HABERMAS apud LUCHMANN, 2002).

Ressaltando as perspectivas teóricas vistas até aqui, Luchmann (2002), afirma que, de acordo com Habermas (1997), a democracia participativa traz um enfoque no processo educativo e pedagógico da participação política, modificando a finalidade do engajamento, ou seja, a atuação política e os seus benefícios constituem-se como um subproduto ao invés de serem o fim último. A concepção republicana também é criticada pela teoria habermasiana, pois se fundamenta na homogeneização de interesses dos cidadãos, tendo em vista a busca pelo bem comum e pela vontade da maioria, através das virtudes dos indivíduos.

A sociedade contemporânea não retrata a realidade apresentada pela concepção republicana, devido a sua pluralidade cultural e social e os conflitos de interesses decorrentes de sua complexidade. Diante disso, Habermas (1997) apresenta uma teoria comunicativa e argumentativa de democracia, adequada ao objeto de análise deste trabalho que tem por objetivo compreender o engajamento militante de um grupo juvenil organizado com indivíduos plurais e diversos interesses individuais e coletivos.

Outro conceito pertinente e que compõe o arcabouço teórico do presente estudo refere-se ao termo deliberação. Para Avritzer (2010), a deliberação é um processo de discussão de opiniões divergentes, que para se conseguir alcançar decisões coletivas devem ser justificadas àqueles indivíduos que são afetados diretamente por elas. Segundo este autor,

Deliberação é entendida como um processo comunicativo de formação da opinião e da vontade pública que precede a decisão. Diferentemente de um simples processo de discussão, a deliberação pressupõe discordância entre os participantes, anteriormente ao início do debate (Avritzer 2010, pg 21).

O autor elenca os requisitos necessários para implementação de um processo decisório deliberativo, como por exemplo: inexistência de coerção, interatividade durante o discurso, discordância entre os membros participantes, divulgação da informação ampliada sobre os assuntos e decisões coletivas voltadas para o grupo interessado ou sociedade em geral.

Dialogando com esta perspectiva, a teoria habermesiana apresenta o princípio de deliberação societária que amplia o procedimentalismo político e reapresenta a dimensão social, ao propor elementos no debate democrático contemporâneo, *a priori* uma condição de publicidade que se torna capaz de originar uma gramática societária. Assim,

As ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária que Habermas denomina de princípio D. Princípio D (de deliberação ampla): apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional (Santos, 2002, pg. 52)

Portanto, de acordo com Santos (2002) ao implementar um princípio de deliberação ampla, Habermas (1997) recoloca no interior do debate democrático um procedimentalismo social e participativo. Desse modo, a recuperação de um discurso argumentativo associado ao pluralismo das formas de vida e as diferentes experiências são partes da reconexão entre os procedimentos e participação, isto é, nota-se o procedimentalismo participativo dos países do Sul, como a implementação do modelo orçamento participativo, no caso brasileiro.

Dessa maneira, Avritzer (2010), afirma que, de acordo com os teóricos deliberativos, em especial, Habermas (1997), o que o torna o processo decisório verdadeiramente democrático é a existência da possibilidade de que todos os participantes se expressem no processo e que haja uma pluralidade de discurso.

Apresenta-se a seguir uma breve reflexão referente às escalas de participação, de acordo com Souza (2010), de forma a subsidiar a análise final do engajamento institucional do movimento social em questão.

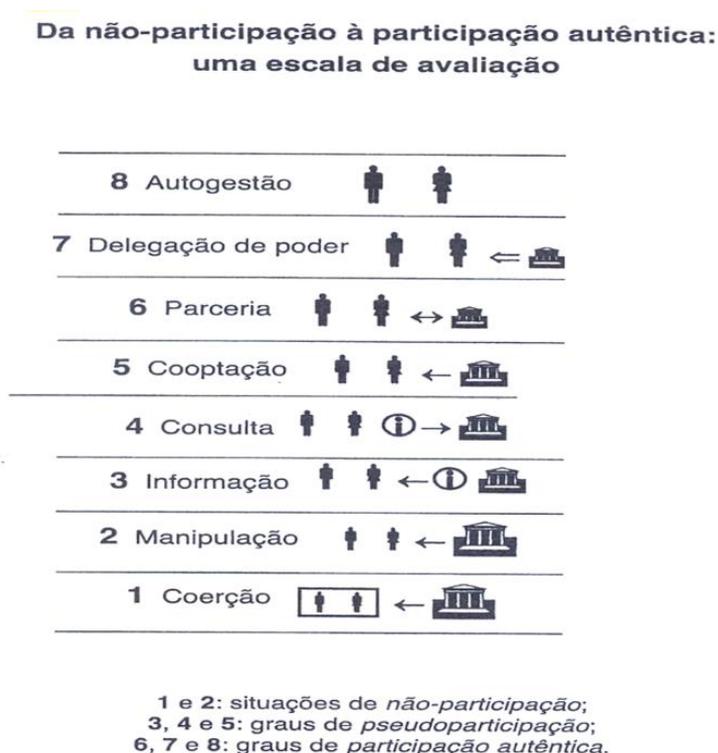
1.1 Escalas de Participação

A reflexão a respeito das escalas de participação, elaborada por Souza (2010), torna-se significativa para o presente estudo, uma vez que aponta questões relevantes para analisar a qualidade da participação desempenhada por um determinado grupo ou movimento social dentro das esferas públicas institucionais. Assim, a partir dessa

perspectiva buscar-se-á compreender a qualidade e efetividade democrática desempenhada pela participação institucionalizada do movimento Levante Social da Juventude.

O autor afirma que existem várias modalidades possíveis de participação, bem como variados graus ou níveis de engajamento político, que basicamente se diferenciam pela capacidade consultiva confrontando com a deliberativa, conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 1 – Escalas da Participação



Fonte: Souza (2010)

As variadas escalas se classificam a partir do nível da não participação até o nível da participação autêntica, isto é, as escalas 1 e 2, apresentadas na figura, referem-se a situações em que o Estado domina o cidadão ou grupo pela coerção ou manipulação; as escalas 3, 4 e 5 representam a pseudoparticipação, na qual o cidadão acredita que faz parte da decisão, uma vez que há variados graus de informação, consulta e cooptação, entretanto não há chances reais de influência no processo

decisório. Por fim, os graus 6, 7, e 8 referem à participação autêntica, quando a sociedade civil e Estado são parceiros na gestão das políticas públicas.

Brevemente, as categorias são classificadas da seguinte maneira, segundo as reflexões teóricas de Souza (2010):

1. **Coerção:** são situações encontradas em regimes ditatoriais e repressivos, nos quais a democracia representativa inexistente e o governo utiliza de ferramentas coercivas para impor sua vontade e interesse.
2. **Manipulação:** corresponde às situações em que o Estado não tem intenção em estabelecer nenhum canal de diálogo com o grupo ou sociedade civil e o objetivo é de apenas demonstrar que os governantes estão “fazendo a sua parte”, por meio de intervenções pontuais e estratégias de manipulação.
3. **Informação:** corresponde a situações em que o Estado fornece informações para a sociedade civil, entretanto, o tipo de informação depende da cultura política do território.
4. **Consulta:** nessa situação o Estado fornece informações relevantes à população, por meio da consulta planejada e organizada, entretanto, não há garantia de que a opinião popular é incorporada na tomada de decisão política.
5. **Cooptação:** refere-se à cooptação de indivíduos (líderes e pessoas-chaves) ou de movimentos ativos convidados a aderirem um determinado canal participativo ou instância institucional. Vale ressaltar que, da mesma forma que a informação e consulta, não garante o poder de decisão efetivo, a cooptação também se apresenta como uma pseudoparticipação.
6. **Parceria:** corresponde ao primeiro grau de uma participação autêntica, ou seja, o Estado e sociedade civil dialogam de forma transparente, com objetivo de discutirem sobre a implementação de uma intervenção pública específica.
7. **Delegação de Poder:** corresponde a uma cogestão entre sociedade civil e Estado, na qual aspectos da democracia direta são evidentes.
8. **Autogestão:** refere-se à situação em que a sociedade civil pode implementar políticas de públicas sem o respaldo de uma instituição estatal. Vale ressaltar que em democracias representativas a delegação de poder é o nível máximo e possível de participação autêntica.

No capítulo três, a análise dos resultados da participação desempenhada pelo LPJ será aprofundada, de modo a evidenciar quais categorias acima são contempladas pelo grupo social e como se dá esse engajamento. Ressalta-se que, os movimentos sociais transitam entre várias escalas de participação, dependendo da época, do objetivo e do tipo de atividade que está sendo desenvolvida. No próximo capítulo, serão abordados os elementos característicos do movimento social LPJ e a conceituação do termo movimento social no Brasil.

2 O MOVIMENTO SOCIAL LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

De acordo com Castells (2013), o surgimento dos movimentos sociais ao longo da história está associado à insatisfação e desconfiança popular frente às instituições políticas que regem o país, como a Espanha e, principalmente, ao desejo dos integrantes dessas organizações civis pela mudança social e por uma nova forma de democracia. Nesta perspectiva realça a busca de modelos como por exemplo o da democracia deliberativa, que tem como fundamento a participação dos cidadãos livres e iguais dentro da esfera pública.

Outro fenômeno apontado pelo autor, que favorece a formação dos movimentos sociais, refere-se à estrutura organizacional e estrutural da sociedade, onde a ocorrência de algum evento significativo ou uma crise política desperta na população diversas emoções e sentimento de revolta, como por exemplo, a raiva que muitas vezes supera o medo do opressor ou dominador.

Assim, o autor discute que o processo de pertencimento à coletividade é percebido nas ações desempenhadas pelos movimentos que lutam por justiça social e se responsabilizam pela solução das demandas urgentes à nossa sociedade, apresentando novas formas de participação e associativismo, devido à descrença no sistema político vigente. Para ele

A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise da legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes a até as regras que moldam suas vidas. (CASTELLS, 2013).

Feita esta introdução à temática, passa-se agora a descrever o Levante Popular da Juventude, grupo escolhido para a análise no estudo. Pode-se afirmar que este caracteriza-se por ser um movimento de nível nacional, organizado por jovens militantes, com o intuito de articular os setores da esquerda para transformar a

sociedade e combater as desigualdades e injustiças sociais, através da construção de um Projeto Popular para o Brasil².

A premissa do Projeto Popular, um projeto político alternativo para o país, é que a construção de uma sociedade sem opressão, sem classe social e sem qualquer tipo de desigualdade define e orienta as atividades políticas desempenhadas pelos jovens, de forma que o projeto configura-se como a centralidade política do engajamento desses jovens. De acordo com o site o movimento: “Somos a juventude do projeto popular e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira”³.

A proposta é organizar e mobilizar a juventude brasileira em três campos de atuação: no meio estudantil secundarista e universitário, nas periferias dos centros urbanos e nos setores camponeses. A mobilização direcionada a essas três frentes de atuação possibilita uma organização completa e ampla da juventude, na qual o jovem militante irá mobilizar, através dos atos, os outros jovens no lugar onde ele estiver, seja nas escolas ou universidades, nos bairros e periferias ou no campo.

O movimento social foi criado no ano de 2006 por jovens do Rio Grande do Sul, em parceria com outros movimentos em que eles acreditam e se inspiram, tais como: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), o movimento dos atingidos por barragens (MAB), e os movimentos da via-campesina, que cumprem o papel de referência política para ações do LPJ. Diante disso, as bandeiras que compõem o movimento são múltiplas, ou seja, o movimento possui aliança com diversos outros grupos que comungam do mesmo objetivo de luta, se destacam, os movimentos inspiradores (MAB, MST entre outros) e a Marcha Mundial das Mulheres, movimentos que compartilham das pautas e discussões promovidas pelo Levante Popular da Juventude.

De acordo com as informações divulgadas no site, o movimento caracteriza-se por ser uma organização política que propõe transformar a sociedade brasileira através da instituição de políticas reformistas de esquerda, com intuito de, segundo os membros, *“acabar com os núcleos da dominação histórica da elite e assim possibilitarem*

² O Projeto Popular para o Brasil consiste, de acordo com dizeres encontrados no site, em um projeto inovador e revolucionário, baseado no compromisso com a democracia popular participativa, obtendo como resultado a conquista das reivindicações históricas da sociedade, tais como: educação saúde, transporte, lazer, público e de qualidade para população brasileira. O objetivo central do projeto é que a população de modo geral tenha condições mais dignas para viver.

³ Site do LPJ Mineiro: <https://levantedajuventudemg.wordpress.com/about/>.

reformas necessárias ao Brasil, como por exemplo, Reforma Agrária, Urbana, Tributária e Universitária. ”

O movimento ganhou força e adesão de novos jovens nos últimos anos e visibilidade devido à divulgação em redes sociais pela internet. O LPJ configura-se como um movimento social em redes (Castells, 2013), ou seja, um movimento que possui uma comunicação local e nacional utilizando de mecanismos de interação com outros movimentos e divulgação de suas experiências políticas via redes sociais, de forma a ampliar a comunicação tanto interna entre os participantes do movimento quanto externa, com os outros jovens. Atualmente, de acordo com o depoimento de um militante participante do segundo acampamento nacional⁴, o LPJ possui uma representação de 25 estados, somando quase 3.500 pessoas atuantes no movimento, revelando um resultado positivo e significativo (especialmente tendo em vista um de seus objetivos, o desafio de nacionalização, elaborado em 2012).

Inicialmente as atividades ocorriam somente no Rio Grande do Sul. Em 2012, quando foi realizado o primeiro Acampamento Nacional do Levante, em Santa Cruz do Sul, o movimento consolidou-se na esfera nacional, através da estratégia de criação de células em várias cidades brasileiras. Dessa maneira, tornou-se possível pulverizar os grupos de jovens em diversos territórios, com o intuito de expandir o discurso político do movimento, que prevê a conquista de direitos básicos que sempre foram negados de forma satisfatória à sociedade, tais como: liberdade de expressão, saúde, educação e transporte público de qualidade. Esse primeiro acampamento possibilitou a afirmação e construção da identidade do Levante como movimento social.

De acordo com as informações disponibilizados no site, o movimento tem como principal objetivo organizar e articular as juventudes das periferias urbanas e do campo, visto que são elas que mais sofrem com a falta de políticas públicas eficazes e com as condições precárias de trabalho. Outro aspecto diz respeito à existência do caráter de vulnerabilidade conferido à juventude (Castro, 2008), grupo etário no qual a falta de acesso e a má qualificação dos serviços de saúde e principalmente de educação são fortemente desfavoráveis para as suas trajetórias profissionais.

⁴ O segundo acampamento nacional ocorreu em São Paulo, com representantes de todos estados atuantes no movimento, somando mais de 20 estados. O acampamento representa um marco da consolidação da nacionalização do movimento.

Entre suas várias atividades, são realizados acampamentos estaduais e municipais através da organização das células e das secretarias, com o intuito de compartilhar as ações e as experiências e debater sobre os objetivos do movimento. Os acampamentos são considerados “as instâncias máximas de decisão. São os espaços em que se reúnem os/as militantes de todas as células, onde são socializadas as experiências locais e onde se dá a conversa sobre os rumos gerais do Levante” (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012a, p. 17).

O movimento caracteriza-se pela participação política, na maioria das vezes, não convencional, através da arte e da cultura, como uma forma de dialogar com os outros jovens utilizando da sua própria linguagem. Como exemplo cita-se a mobilização lúdica, com instrumentos de batucada e tambores nos diversos movimentos e protestos nas ruas, que envolve um grande número de jovens, na sua maioria universitários e da periferia. “É uma forma diferente das formas tradicionais de se fazer política” (Relato de um jovem, documentário do II Acampamento Nacional, 2014).

Cada célula realiza diversas atividades, como por exemplo ações de Agitação e Propaganda (AGITPROP) para divulgação de denúncias à sociedade; técnicas de comunicação e expressão da juventude com o povo, através de músicas, danças e teatro, que são mecanismos de representação de situações concretas de opressão e de violência contra a população marginalizada: juventude, mulheres, negros, pessoas homoafetivas, dentre muitas outras.

As células são formadas por afinidade territorial e laboral e constituem-se como um espaço político, onde os jovens se reúnem para realizar estudos de formação política local, propor intervenções para a realidade na qual estão inseridos e compartilhar experiências de vida. De acordo com um integrante, “a gente sozinho faz muito pouco e em coletivo e com organização soma muito mais e faz a diferença” (Relato de um jovem, documentário do II Acampamento Nacional, 2014).

Para Santos e Avritzer, *in* Santos, (2002), o papel dos movimentos sociais fundamenta-se na inserção de novas temáticas e demandas sociais dentro da esfera pública e estes estão

Inseridos em ações pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos. Resignificação das práticas democráticas. Com a redemocratização, inseriram-se novos atores na

cena política, instaurou-se uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social (SANTOS e AVRITZER, IN SANTOS, 2002)

Outra tarefa desempenhada pelas células refere-se à criação de canais de diálogo com a população local, com o objetivo de divulgação e multiplicação das ações para proporcionar o surgimento de outros grupos de jovens e a inserção de novos militantes no projeto. Esta estrutura organizacional em formato de células possibilita uma praticidade maior na realização das reuniões, devido à proximidade territorial e de rotinas e uma eficácia da execução das intervenções propostas.

O movimento fundamenta-se em um tripé: organização (acúmulo de forças), formação (*práxis* transformadora) e lutas (atacar o poder constituído).

Outro aspecto interessante do movimento refere-se à multiplicidade de pautas sociais e políticas, da qual participam integrantes de diversos grupos, como antes mencionado, tais como: MST, Pastorais da igreja, Movimento dos pequenos agricultores (MPA), Movimento dos atingidos por barragens (MAB), Marcha Mundial das Mulheres, integrantes do hip hop, entre outros. Na atualidade, os movimentos sociais estão conectados em redes de comunicação locais e globais, pois estão envolvidos em um contexto específico com suas próprias redes e com a ocupação de um espaço urbano delimitado, porém também estão conectados com o mundo inteiro, através da internet, que permite a troca de experiências de lutas sócias de outros países. Dessa maneira, é possível possibilitar um debate e uma participação política em maior escala e uma profunda consciência dos dilemas que afetam o mundo como um todo.

Castells (2013) relata sobre os diversos movimentos em redes (a revolução egípcia, as insurreições árabes, os indignados da Espanha e o Passe Livre) no mundo, elencando algumas características inerentes a esses grupos, tais como: a horizontalidade das funções que acarreta na inexistência de uma liderança formal, no companheirismo de ideias e valores, compartilhando de um objetivo comum e da obtenção do espaço de atuação.

O espaço de mobilização e atuação de tais movimentos é constituído através de uma interação entre os fluxos de comunicação da internet com os espaços urbanos de ocupação utilizados para atos de protestos e mobilizações, praças históricas e prédios simbólicos. Para o autor, o fato dos movimentos atuarem sem a existência de um líder

revela um fundamento essencial a eles, que diz respeito à profunda desconfiança com a democracia representativa e com a delegação de poder, devido à experiência com a política instituída do próprio país, no caso do LPJ com a política brasileira. A regra implícita aos movimentos é que ele seja autogovernado por todos os participantes de forma igualitária, tratando-se de um método de organização e de um princípio político.

O objetivo dos movimentos sociais refere-se à evocação da vontade da sociedade como um todo, diante disso eles não podem se concentrar somente em um projeto ou causa pública, mas sim lutar por diversas bandeiras sociais, culturais da sociedade em questão. Para Castells (2013) “os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional” (CASTELLS, 2013, p. 170).

Em tal perspectiva pode-se afirmar que o Levante Popular da Juventude apresenta esse caráter mobilizador em redes, no que diz respeito à interação entre as informações da internet com os espaços públicos utilizados para protestos e a comunicação via redes sociais com diversas lutas e causas sociais, tais como: a luta pelo feminismo, pela negritude, diversidade sexual, pelos direitos da população do campo e da periferia. Destaca-se a inexistência de bandeiras prioritárias dentro do Levante, que atua através da parceria com as outras pautas e mobilizações que reivindicam por melhores condições de vida para a juventude brasileira.

Sendo o primeiro nível organizativo composto pelas células, o segundo nível do movimento, refere à secretaria operativa municipal, composta por um integrante de cada célula que viabiliza e encaminha todas as ações discutidas no primeiro nível. Existe também uma divisão por temas de discussão, que são: os setores de negritude, mulheres e diversidade dentro da secretaria. A secretaria operativa estadual realiza as mesmas funções da secretaria municipal, porém no âmbito estadual, garantindo a unidade do movimento em todo o estado.

E, por fim, há a coordenação executiva nacional que acompanha as atividades realizadas em cada estado, sendo que para participar dessa instância é necessário certo amadurecimento do militante interessado, devido à importância das funções exigidas.

Esta secretaria operativa

É responsável por cumprir as decisões tomadas nas células e acampamentos. Acumula a tarefa de articulação interna (entre as células) e externa (com a sociedade de modo geral). É formada por

representantes de cada célula. Pode tomar decisões de emergência. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2012a, p. 17).

Vale ressaltar que a organização do movimento é apresentada de forma predominantemente horizontal, ou seja, não existe hierarquia previamente definida entre as posições de cada membro.

Diante disso, o Levante Popular da Juventude se constitui como um grupo fértil e adequado para investigações que buscam compreender as formas de engajamento militante dos jovens, pois o movimento possui uma dimensão política e social múltipla e engloba uma variedade de projetos políticos com uma atuação efetiva na esfera política nacional.

3 PROTESTOS NAS RUAS *VERSUS* PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

Este capítulo tem como objetivo abordar os resultados da análise comparativa referente as formas de participação política do LPJ, no que tange o impacto efetivo no contexto das políticas públicas para juventude. A proposta se fundamenta em evidenciar a relevância política dos protestos de rua e da atuação institucional, de acordo com a percepção dos entrevistados e dos dados secundários coletados para a pesquisa. Além disso, para compreender de forma aprofundada a atuação política do LPJ, buscou-se apontar a escala da participação institucional desempenhada pelo movimento, mediante as discussões teóricas de Souza (2010), antes apresentadas.

Gohn (2014), em seu estudo sobre movimentos sociais e associativismo no Brasil, elenca aspectos comuns às diversas manifestações de rua e ocupações urbanas ocorridas nos últimos anos. Dentre eles se destacam a articulação via redes sociais e novas tecnologias digitais e a composição majoritária de jovens, principalmente, estudantes e de classe média. Além disso, a simbologia de uma nova forma de fazer política, baseada na manifestação na praça pública e não mais partidária; e a defesa da democracia em seu exercício e sentido pleno, com a luta pela liberdade de expressão e singularidades focalizadas.

A autora analisou os protestos juvenis e as marchas contemporâneas no Brasil, desde da década de 1970 e apontou diferenças das demandas exigidas nos protestos do passado em comparação com os desejos das lutas atuais. Na década de 1980, as marchas caracterizaram-se pela luta em prol da redemocratização, devido ao contexto de ditadura militar e de repressão instalado anteriormente; já nos anos de 1990 os principais protestos demandavam direitos à terra, como é o caso do movimento rural dos sem-terra. Na atualidade, a autora afirma que as manifestações eclodiram mais fortemente nos últimos anos, tendo os jovens como protagonistas desses movimentos. Para ela “há um novo movimento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo” (GOHN, 2014).

A autora afirma que existem diferenças nos movimentos juvenis atuais em comparação aos do passado, em diversos aspectos, tais como formas de comunicação, concepções acerca dos partidos e das organizações políticas, pertencimento de classe e sociocultural, identidades construídas e as demandas apresentadas. Hoje os jovens

brasileiros demandam por ética na política, direitos identitários (gênero, cor ou etnia) e por benefícios públicos.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as ações políticas juvenis estão pautadas na categoria indignação, que de acordo com Gohn (2014), consiste no conjunto de concepções e ideais políticos defendidos pelos jovens, como por exemplo, moral, igualdade, justiça social, valores éticos, entre outros.

Verificou-se que os aspectos apresentados pela autora estão presentes na organização do Levante Popular da Juventude, principalmente os pontos que relatam sobre a nova forma de se fazer política. Essa forma de atuação se baseia na convocação a participação política não vinda pelos sindicatos e partidos, mas sim pelo desencanto com o cenário político, bem como, a luta pelas singularidades focalizadas.

Nas entrevistas realizadas nota-se que os entrevistados reconhecem a importância da atuação institucional como o lugar adequado para a construção das políticas públicas. Entretanto, afirmam que o foco das ações do movimento não se fundamenta na luta institucional e sim nos processos autônomos de engajamento político, por meio das lutas sociais e protestos de rua.

Foi possível perceber que os entrevistados justificam a pouca atuação no cenário político institucional, uma vez que o movimento é relativamente novo, isto é, ainda ocorre o processo de conhecimento por parte dos membros quanto às instituições políticas locais, de acordo com os relatos a seguir:

Nós como movimento social (..) o foco das nossas ações não está aí, nessa disputa institucional, então não é lançando candidato, não é colocando toda a militância pra dentro do espaço da institucionalidade, pra poder fazer disputa. A disputa na institucionalidade é importante, porque é onde a política do estado é construída, onde as políticas públicas são construídas. A gente se insere na medida do possível, do que conseguimos, mas não é o centro das nossas ações. (Entrevistado 01⁵)

A gente não se insere diretamente na institucionalidade, em nenhum âmbito, a menos...só no âmbito social, nas lutas sociais. (...). Por ser um movimento muito novo, a gente ainda tá conhecendo como as instituições têm funcionado né? (Entrevistado 02)

⁵ Foram entrevistados para a pesquisa, dois jovens militantes do movimento. A identificação de cada um deles foi realizada por números, 01 e 02.

Entre as frentes de atuação institucional citadas pelos entrevistados destaca-se a participação nas conferências e conselhos municipais, estaduais e nacionais, bem como em programas sociais que desenvolvem trabalhos com jovens vulneráveis de aglomerados urbanos, como o Fica Vivo⁶. Realçaram ainda que

Os processos das conferências de mulheres, LGBT, igualdade racial, também viabilizaram nossa inserção na institucionalidade. Por exemplo, na saúde, a gente tem a conselheira da saúde hoje, né, que é militante do movimento também. Então, através de processo de conferência a gente tem conseguido inserção (Entrevistado 01).

É possível afirmar, através da análise das fontes secundárias, que de fato o foco da atuação institucional do movimento refere-se à participação em conferências e conselhos que tem como pauta a garantia dos direitos das minorias sociais e dos principais grupos de interesse de luta do LPJ, como, mulheres, LGBT e negros. Os protestos de rua também, são organizados no intuito de reivindicar pelos direitos desses grupos sociais, em especial demonstrando um diálogo existente entre a luta nas ruas e nos espaços de conferências. No sentido de melhor elucidar esse processo, mais adiante serão apresentados registros fotográficos sobre a luta das mulheres em Belo Horizonte em outros municípios brasileiros.

A atuação institucional do movimento se faz através da representação de membros em alguns espaços, seja como ouvinte, seja como mediador ou expositor da temática. Verifica-se que em alguns espaços políticos o movimento possui uma relevância consolidada, como é o caso do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em que o LPJ compõe o grupo de conselheiros titulares, participando ativamente do processo de tomada de decisão⁷.

Além disso, o LPJ participou do Fórum Técnico Jovens nas Gerais: construindo o plano estadual das juventudes junto ao corpo técnico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em março de 2017. O objetivo do fórum é apresentar propostas de políticas públicas para a juventude, no intuito de investir nos direitos pautados na diversidade dos grupos juvenis na cidade de Belo Horizonte.

⁶ O Programa Fica Vivo é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. ([Http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas](http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas))

⁷ Fonte: <http://juventude.gov.br/juventude/noticias/conselho-nacional-de-juventude-se-reune-para-definir-organizacao-da-3a-conferencia#.WgMWTcGyI>.

De acordo com o site⁸ institucional da ALMG, houve a participação do representante do movimento social na Audiência Pública da Comissão de Participação Popular e de Direitos Humanos, que teve como objetivo discutir sobre a diversidade e tolerância tendo em vista o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. E ainda, o papel do Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Outro evento institucional importante que recebeu a participação dos militantes foi o lançamento da Frente Brasil Popular na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no sábado, 5 de setembro de 2017. O evento contou com a presença de lideranças nacionais, estaduais e cerca de dois mil delegados vindos de 21 estados do Brasil e do Distrito Federal. A Frente Brasil Popular é um movimento político que visa pensar o futuro e oferecer um projeto alternativo e de caráter popular ao País e por isso esse lançamento representou um marco histórico de diversos movimentos populares em favor da democracia.

De acordo com a percepção dos entrevistados, a inserção do movimento social em instâncias institucionais ocorre, muitas vezes, por meio de oportunidades de trabalho e estágio que os militantes desempenham nesses espaços. Por meio das experiências com o movimento juvenil, os militantes conseguem impactar de algum modo, e imprimir naquela realidade, os valores e a consciência política difundida no LPJ, conforme falas dos entrevistados:

Outra possibilidade de inserção institucional são pessoas fazerem estágio e trabalharem nas secretarias, como a de direitos humanos e participação social. Porque em secretarias como essa, o que eu faço, o que desenvolvo de trabalho é a minha experiência de movimento social que viabiliza o trabalho e que aperfeiçoa o trabalho. Conseguo minimamente influenciar os processos da secretaria com o acúmulo que o movimento traz. (Entrevistado 01)

Existem, assim, algumas formas da gente estar dentro da institucionalidade e fazendo coisas com esse olhar da juventude e do movimento social, exemplo, programas como Pro Jovem e Fica Vivo. Tem militância que trabalha nesses programas, sabe. (Entrevistado 01)

No que tange às lutas da cidade em si, a gente tem participado de alguns conselhos, conferências e audiências públicas, seja conferência

⁸ Fonte:

https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaPauta.html?idCom=585&dia=28&mes=06&ano=2017&hr=09:45&tpCom=3

de juventude, de mulheres, de negros, diversidade sexual.
(Entrevistado 02)

Com relação às dificuldades referentes ao engajamento institucional, os entrevistados relataram que a construção conjunta de políticas públicas muitas vezes não se viabiliza, devido a limites colocados pelos próprios gestores públicos, que não disponibilizam recursos financeiros para a execução dos projetos propostos. Segundo Rocha (2011), para fortalecer institucional e politicamente os espaços de participação é necessário superar os problemas advindos do Estado centralizado, como por exemplo, a “balcanização do poder público por elites econômicas e políticas; exercício de um poder ilegítimo da burocracia pública no processo de tomada de decisões; e o clientelismo como lógica de ação do Estado” (Rocha, 2011, pg 172).

O autor apresenta a análise teórica que aponta para a relação causal entre as características presentes nas instituições políticas determinarem a qualidade de uma democracia e as iniciativas de participação social. Rocha (2011) afirma a existência da relação entre a participação da sociedade civil e o caráter das instituições e dos dirigentes políticos, ou seja:

A participação da sociedade civil viabiliza-se quando as instituições públicas são dirigidas por grupos reformistas favoráveis à intervenção política construtiva do Estado, comprometidos com a história de luta dos atores sociais e, ao mesmo tempo, capazes de propor soluções pragmáticas aos problemas existentes. (Rocha, 2011, pg.174)

Foi possível perceber, por meio das entrevistas, as frustrações dos militantes com relação à participação institucional desempenhada pelo movimento, tendo em vista os limites inerentes ao contexto das instituições políticas do município. Pode-se observar um descrédito e baixa eficiência nos meios institucionais de engajamento político, principalmente com relação à viabilização de recursos para políticas públicas, conforme relato a seguir:

Agora, as dificuldades que a gente encontra, é isso, é a dificuldade que o próprio Estado coloca quando, por exemplo, ele não envia recursos para construção dessas políticas. Se ele não aporta recurso pra política pública não vai ter como construir, não vai ser feito. Então, a gente constrói e fica lá trabalhando com a política do possível né, na medida do possível. Então aí tem algumas frustrações desse processo, porque encontramos esses limites e tal. (Entrevistado 01)

Outro ponto levantado pelos entrevistados a respeito da participação institucional refere-se à importância de alianças e contatos estratégicos, com o intuito de determinados sujeitos apresentarem e vincularem as demandas das ruas como pautas na agenda pública. Desse modo, para os entrevistados, os protestos de rua devem dialogar com a participação institucional, isto é, “uma coisa tem que estar aliada à outra, senão a gente não vai conseguir fazer nenhuma transformação”, conforme relato a seguir:

A gente sabe que tem que ter a pressão nas ruas e tem que ter alguém ali pra responder por isso, seja um deputado, um presidente, um vereador. A gente tem que ter um aliado ali do nosso lado. Pra falar: olha, tá acontecendo isso aí nas ruas, o povo tá querendo isso e aí a gente precisa colocar isso em pauta. (Entrevistado 02)

De acordo com os entrevistados, é possível perceber resultados mais eficazes de transformação social, principalmente com relação à conscientização política na atuação via programas sociais, onde os militantes estão trabalhando diretamente com os jovens vulneráveis. No ambiente burocrático do Estado, a percepção de impacto social ou político fica comprometida, ou seja, há uma certa dificuldade de mensurar os impactos da atuação em instituições do Estado.

Como exemplo foi citada pelos entrevistados a estrutura organizacional do conselho de saúde, como o espaço de maior complexidade tendo em vista o grande número de membros e regras intrínsecas, aspectos que comprometem a efetividade da participação do LPJ. “A partir do que real hoje, eu não consigo visualizar isso no conselho municipal de saúde, nossa intervenção” (Entrevistado 01). E por isso, sendo difícil perceber resultados positivos, conforme se observa a seguir:

Em programas como o Fica Vivo que a gente tá próximo do jovem, trabalhando diretamente, a gente consegue ver muito mais avanços, muito mais avanço na conscientização política daquele jovem e da consciência de mundo sabe. Vemos mais claramente, porque estamos ali tête-à-tête com ele e não precisamos de recurso pra fazer isso.

E ali, a gente consegue visualizar os resultados melhores do que quando estamos em estruturas maiores, como conselhos ne e outros espaços como esses, que milhares de outras pessoas discutindo, construindo políticas públicas. (Entrevistado 01)

De acordo com a reflexão teórica de Oliveira (2016), os espaços institucionais de participação servem para legitimação de decisões já tomadas, isto é, cada batalha

institucional vencida implicaria inúmeras novas batalhas até se chegar, talvez, a uma concretização efetiva. Portanto, diante deste cenário burocrático, muitos movimentos sociais atuam em instâncias institucionais de maneira pontual e específica, conforme afirmação a seguir.

Esses (ativismos urbanos) tendem a estar cada vez mais atrelados a objetivos ou demandas específicas, dissolvendo-se logo após sua conquista e impedindo a formação de projetos mais amplos de transformação. Assim, a luta nesses canais corre o risco de se tornar fim em si mesma e não meio para alcançar mudanças mais profundas. (Oliveira, 2016, pg.43)

Desse modo, segundo a autora, muitos activismos permanecem na luta institucional não na perspectiva de alcançar as transformações desejadas e sim por outros objetivos secundários, como por exemplo, acesso a informações, conhecimento técnico, trâmites e contatos formais e institucionais. “Então essa participação institucional umas das coisas que ela possibilita pra gente é o acúmulo técnico, teórico né, que também é necessário nesse processo de luta política” (*Entrevistado 01*) conforme relato abaixo.

Então é muito difícil mensurar o que o levante conseguiu com essa inserção. Uma das coisas muito importantes que essa inserção institucional possibilita pra gente é conseguir qualificar a luta política. Por exemplo, eu dentro do conselho municipal de saúde viabilizo que eu consiga compreender muito mais o funcionamento da saúde no município de belo horizonte, da estrutura como toda e com isso eu consiga qualificar minha luta política, pra poder conseguir ter resultados melhores nesse processo. (*Entrevistado 01*)

Para Castells, “o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação” (CASTELLS, 2013, p.179). O autor afirma que o significado da existência dos movimentos sociais está nos efeitos desencadeados sobre os integrantes e sobre a sociedade que ele tentou transformar, através das suas práticas. No caso específico do Levante Popular da Juventude, é possível perceber que, os atos políticos nas ruas e nos espaços públicos da cidade, bem como, o trabalho desenvolvido nos territórios de atuação, junto à população local, são as principais práticas que refletem a mudança sociocultural desejada, conforme relato do jovem entrevistado:

A gente sabe o que tem transformado, como a gente tem conseguido atingir, principalmente na pressão nas ruas, que é muito importante. A gente tá sempre nas ruas, mas claro que não só isso. A gente sempre tá fazendo trabalho de base nos territórios, seja nas universidades, nas escolas, nas periferias, construindo um projeto de sociedade com esses sujeitos que estão inseridos nesses locais. E partir daí problematizar sua realidade (Entrevistado 02).

Seguem registros fotográficos de importantes manifestações e protestos de rua organizadas pelos militantes do Levante Popular da Juventude.



Fonte: Blog Levante Popular da Juventude. Texto: Abortos que vêm de longe: direitos sexuais e reprodutivos e a vida das mulheres negras, 2017.



Fonte: Blog Levante Popular da Juventude- Protesto de rua no dia 18 de março de 2017.



Foto Ato Dia Internacional da Mulher 2015, no município de Belo Horizonte.

Vale ressaltar que, a música é um instrumento de mobilização e agitação importante para os jovens do Levante, devido ao fato deles utilizarem de músicas já conhecidas e famosas para proporcionar um efeito de mobilização maior. O repertório de músicas é bastante utilizado nos atos, como mecanismo de deixar a mensagem política para a população. Abaixo estão alguns cantos utilizados pelas mulheres e de forma geral pelos jovens em suas mobilizações (Goulart, 2015):

a) *Abre- Alas (Axé)*

Ô abre alas que as mulheres vão passar, Com essa marcha muita coisa vai mudar, Nosso lugar não é no fogo ou no fogão , A nossa chama é o fogo da revolução!

A nossa luta é todo dia, Somos mulheres e não mercadoria!

A violência contra mulher, Não é o mundo que a gente quer!!

b) *Eu só quero é ser feliz*

Eu só quero é ser feliz Andar tranquilamente

Com a roupa que eu escolhi

E poder me assegurar

Que de burca ou de shortinho

Todos vão me respeitar

Eu sou uma mulher da classe trabalhadora

Sem medo de contrapor a sociedade opressora

Atenção meus companheiros

Escute o que eu vou dizer

Esse papo de machismo não tem mais nada a ver

O tal patriarcado queremos derrubar

E com o feminismo vamos nos libertar

Junto com minhas companheiras eu me auto organizo

Construindo e lutando pelo feminismo.

Por fim, é possível perceber, a importância da consciência política para esses jovens, tendo em vista o efeito que as decisões políticas do governo incidem sobre as realidades de uma maneira direta. A percepção do lugar que as decisões políticas ocupam na sociedade e na vida desses jovens apresenta-se de forma relevante e

significativa. Destaca-se a preocupação dos militantes em mobilizar a juventude de uma maneira geral, com o intuito de propor discussões e conscientização, ou seja, demonstrar que a política não está alheia a vida, principalmente, a dos jovens.

Desse modo, é possível afirmar que, a efetividade no contexto de políticas públicas no município de Belo Horizonte, para os militantes do Levante Popular da Juventude, pauta-se na atuação conjunta institucional e protestos nas ruas, de forma que os dois modos de participação contribuem para a transformação cultural e social desejada e enriquecem a luta política. Entretanto, vale ressaltar que atualmente o foco de atuação do movimento LPJ é através dos trabalhos desenvolvidos nos territórios e pressão nas ruas.

Não é só a política pública que vai resolver e nem a luta social que resolve. O que é mais importante, a luta política ou a disputa institucional? Porque são processos que são concomitantes, por exemplo, diante do programa fica vivo a gente consegue ver isso claramente. Não adianta eu ter um programa ali funcionando, com recursos né, é necessário a luta política para despertar a consciência das pessoas, envolver a juventude, colocar a juventude em movimento para que ela entenda porque que a Política Pública é boa. O processo fica muito mais politizado e mais rico (Entrevistado 01).

Sim, a participação institucionalizada interfere no contexto municipal de políticas públicas. É o lugar que vai ter condições de fazer alguma mudança na sociedade, mas é importante também ter a participação do povo, seja por meio de conselhos, seja em espaços mais amplos de discussão. É muito importante ter esses espaços de discussão no meio institucional, porque você precisar ouvir o povo pra poder fazer alguma coisa (Entrevistado 02).

Com relação à discussão relativa a escala de participação (Souza, 2010), é possível afirmar, diante da análise descrita acima que as escalas associadas ao modo do engajamento político do movimento Levante Popular da Juventude são:

- **Consulta:** nessa situação, o Estado fornece informações relevantes à população, por meio da consulta planejada e organizada, entretanto, não há garantia de que a opinião popular é incorporada na tomada de decisão política.

A consulta se evidencia quando o LPJ participa, como ouvinte, das discussões e decisões tomadas pela comissão de participação popular ou direitos humanos da

ALMG, dentro outros. E de instâncias do nível federal, como os Ministérios, Congresso, por meio dos portais de transparência e consulta a dados públicos de gestão de recursos.

- **Parceria:** corresponde ao primeiro grau de uma participação autêntica, ou seja, o Estado e sociedade civil dialogam de forma transparente, com objetivo de discutirem sobre a implementação de uma intervenção pública específica.

Na escala de parceria, observa-se a atuação autêntica do movimento no processo de construção de políticas públicas para juventude no âmbito dos fóruns nas instâncias estaduais.

No caso da parceria estabelecida, o canal participativo em que os militantes participam, conforme dito anteriormente, é o conselho nacional da juventude, em que o LPJ compõe o grupo de conselheiros titulares. Nesse espaço, percebe-se uma pseudoparticipação nas tomadas de decisão em acordo com os outros membros.

Portanto, nota-se, conforme observado na análise dos entrevistados, que a atuação institucionaliza apresenta de forma restrita e secundária à atuação autônoma em protestos de ruas. A participação institucional se limita a determinados espaços de conferências e conselhos específicos e são considerados eficazes se estiverem aliados à luta social nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação pretendeu compreender as formas de participação e militância política do movimento social Levante Popular da Juventude e os mecanismos utilizados pela juventude para a mobilização política. Com intuito de responder a estas indagações, realizou-se entrevistas semiestruturadas com os membros do movimento social, bem como análise de dados secundários.

Em linhas gerais foi possível observar que os jovens entrevistados possuem um sentimento de indignação com as crescentes desigualdades e injustiças sociais originadas pelo sistema político capitalista vigente. Eles demonstraram uma desconfiança e descrença com o atual modelo político e com seus representantes e acreditam que mudanças estruturais na legislação e em outros aspectos políticos são necessárias e devem ser desencadeadas pela mobilização organizada da juventude.

Vale ressaltar, mediante análise da pesquisa, a concepção de sujeitos políticos conferidos a juventude, demonstrando um caráter de autonomia e consciência crítica presente neste grupo social frente a realidade apresentada. Enfim, o engajamento político juvenil está estritamente ligado com o contexto político e social no qual o jovem está inserido e com as suas relações sociais estabelecidas. Diante disso, é possível afirmar que a juventude contemporânea é formada por sujeitos comprometidos com seu futuro e engajados em transformar a realidade em que vivem.

A caracterização da mobilização política organizada em movimentos sociais nos dias atuais (Gohn, 2014), foi relevante para a compreensão do engajamento militante juvenil. Assim, nota-se a importância do engajamento coletivo para os jovens, no qual, através dessa atuação em coletivo o jovem vislumbra mudanças reais e significativas para a sociedade, canalizando o seu desejo de transformação social.

O movimento social é caracterizado por redes de comunicação, permitindo uma atuação compartilhada com os outros movimentos e grupos, do qual as redes sociais possuem um papel fundamental de mobilização. O protagonismo político apresentado pelos jovens converge com o modelo de democracia deliberativa defendida por Habermas, que possibilita essa atuação propositiva e ativa da população civil no que se refere às decisões de interesse público.

No caso do Levante, a participação política nas ruas e espaços públicos da cidade configura-se como a principal prática de transformação e mudança social e cultural. Entretanto, a atuação conjunta com as instâncias institucionais torna-se importante na medida em que possibilita a qualificação da luta política, no sentido de viabilizar o conhecimento técnico e teórico sobre o funcionamento das políticas públicas aos membros do movimento. E, além disso, possibilita a construção de alianças estratégicas.

Enfim, pode-se observar o processo de militância política juvenil através do estudo do movimento social Levante Popular da juventude que revelou vários aspectos e dimensões desse protagonismo juvenil de modo a contribuir para a compreensão desse fenômeno tão presente na sociedade brasileira, bem como auxiliar no debate sobre a participação da sociedade civil na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Theo, L; MARQUES, Ana, C. B. Participação social no Brasil: os pressupostos inatingíveis e as boas práticas possíveis. In: FARIA, Carlos A.P; ROCHA, Carlos. V; FILGUEIRAS. Cristina, A, C; SOUKI, Léa, Guimarães. (Org.). **Políticas públicas na América latina novas territorialidades e processos**. Porto Alegre. 2016.

AVRITZER, Leonardo. Repensando os mecanismos participativos de Belo Horizonte: representação, capacitação e intersetorialidade. Belo Horizonte: PROEP, 2010.

BENEVIDES. Silvio Cesar; LUZ. Sostenes Aroeira, **Juventudes e participação: os atores de uma nova dimensão do político: o caso do Levante Popular da Juventude**. UFRB.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO. Lúcia Rabello. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum**. Rev. Sociol.Polit, v.16 n.30, Curitiba June, 2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos Farah. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro vol 50. n. 6, p. 959-979, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, Bookman, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: 2º edição, Cortez Ed, 2014.

JUVENTUDE, Levante Popular : Zine. **Caráter e Organicidade**. 2012. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/105384582/Zine-levante#scribd> > Acesso em: 06 out. 2017.

JUVENTUDE, Levante Popular. São Paulo - **Documentário do segundo acampamento nacional do Levante Popular da Juventude**. YouTube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9oPpF1R5Fd8>> . Acesso em: 10 out. 2017

JUVENTUDE. Levante Popular, site oficial do movimento. Disponível em : <<https://levantedajuventudemg.wordpress.com/about>> Acessado 03 out. 2017

LIBANIO, C. A. **Democracia, participação e direito à cidade: um olhar sobre o jogo, suas regras e as possibilidades de emancipação**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação. e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015, Belo Horizonte. Anais do XVI Encontro da ANPUR - Espaço, planejamento e insurgências: alternativas contemporâneas para o desenvolvimento urbano e regional. 2015.

LUCHMAN, Ligia Helena. **Democracia Deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade**. Caderno de Pesquisa: PPGSP – UFSC. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/6997765/democracia-deliberativa-sociedade-civil-esfera-publica>>. Acesso em: 10 set. 2014.

NASCIMENTO, Roberto Marcos. Parlamento Jovem, Juventudes e Participação Política. In : MEDEIROS, Regina; MARQUES, Maria. Educação Política da Juventude - A experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

OLIVEIRA, Laís, Grossi. **Ativismos e a cidade [manuscrito]: redes de resistência na produção do urbano**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2016.

SANTOS. Boaventura, S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SCHMÖKEL, Fernanda; MIRANDA, Caroline Rodrigues; COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Elitismo e democracia: uma exposição teórica.** III Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política, Buscando o Sul, Política, Sociedade, Educação e suas Fronteiras. Universidade Federal do Pampa Campus São Borja RS. 2014.

ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1.** Quais são as modalidades de ação política desempenhadas pelo Levante Popular da Juventude?
- 2.** O LPJ atua de forma institucionalizada no município de Belo Horizonte?
- 3.** Se sim, como se dá essa participação? Quais são os canais de participação em que o movimento atua, como por exemplo: conselhos de políticas públicas, participação em fóruns, conferências, eleição de representantes para o legislativo?
- 4.** Como o LPJ tem conseguido influenciar nas políticas públicas para a juventude? Em quais setores tem sido mais atuante? Quais as conquistas, mudanças e avanços já conseguiu com sua atuação?
- 5.** Em sua opinião, a ação direta (protestos nas ruas) tem sido mais efetiva do que a institucionalizada? Ou vice-versa? Porque? Descreva e dê exemplos de situações em que isso ocorreu.
- 6.** Você considera que a participação institucionalizada impacta o contexto municipal de políticas públicas? Se sim, como?